

Silvia Cristina Martins de Souza¹

Poesias da Pacotilha, de Mamede Mustafa e Jarouche (Org.)²

Poesias da Pacotilha, o mais recente volume da coleção Poetas do Brasil, da Editora Martins Fontes, reúne setenta poesias inéditas originalmente publicadas nas edições domingueiras do *Correio Mercantil*, entre fevereiro de 1851 e junho de 1854.

Tal empreitada, levada a cabo por Mamede Mustafa Jarouche, resultou numa contribuição bastante significativa, não apenas para os estudiosos da literatura, mas também para os historiadores que tomam a obra literária como objeto de estudo. Foi pensando nesta dupla possibilidade de apropriação destes textos que se procurou levantar algumas questões sobre a presente edição, menos com o intuito de apontar-lhe deficiências e mais objetivando estimular um debate entre profissionais das referidas áreas.

Correio Mercantil foi o nome que, a partir de 1848, recebeu o jornal fluminense *O Mercantil*, fundado em 1844, por Joaquim Alves Branco Muniz Barreto. A adoção deste nome ocorreu num momento em que os jornais, ao lado dos panfletos, assumiram no Brasil o papel de instrumentos de lutas partidárias pelo poder no Império, sendo a sátira a linguagem por eles adotada. Esta tendência não era nova e já tinha uma história própria que vinha sendo escrita desde o período das regências; foi, porém, no final dos anos 1840, após a publicação do *Libelo do Povo*, de Timandro, que ela disseminou-se. Ao adentrar a

¹ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

² JAROUCHE, Mamede Mustafa. (Org.). *Poesias da Pacotilha*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 178 p. il. (Coleção Poetas do Brasil)

década de 1850, esta tendência da imprensa no Brasil, sobretudo na Corte, encontrar-se-ia bastante difundida, sendo não apenas os políticos, mas o próprio imperador um dos seus alvos prediletos de ataques. Tal foi a propagação deste tipo de jornalismo que, no ano de 1876, o Rio de Janeiro contava com um número significativo de jornais desta natureza, geralmente semanais, cuja tiragem chegava a dez mil exemplares, destacando-se entre eles a *Semana Illustrada*, a *Revista Illustrada*, *O Mequetrefe*, *O Mosquito* e *O Fígaro*, para citarmos apenas os mais populares no período e que tiveram vida mais longa.

Embora o *Correio Mercantil*, como um todo, não possa ser incluído nesta imprensa satírica a que vimos nos referindo, sua *Pacotilha* encontra-se neste caso. Este nome apareceu estampado pela primeira vez no exemplar do dia 9 de fevereiro de 1851, como subtítulo à sessão Comunicado. Nela, como o próprio nome sugere, acotovelavam-se notas e pequenos artigos em tom leve e bem humorado ao lado de outros de teor ferino; sessões muito próximas às colunas “a pedidos”, matérias pagas indispensáveis e muito lidas nos jornais da época; crônicas; trechos em versos; poesias satíricas que tomavam a política e os políticos como fonte de inspiração e, por fim, a parte recreativa do jornal, pois foi também neste espaço que Manuel Antônio de Almeida publicou suas *Memórias de um Sargento de Milícias*, sob o pseudônimo Um Brasileiro.

Levando-se em consideração que os poemas escolhidos para compor esta edição encontram-se espalhados pelos 178 números da *Pacotilha*, há que se reconhecer que reuni-las não foi tarefa fácil, embora não fiquem claros os critérios de seleção adotados pelo organizador para escolher aqueles que considerou *os melhores poemas* dentre os coletados (p. xliii). Além disto, creio que, por serem intimamente ligadas à matéria histórica do seu tempo, estas poesias são de difícil compreensão para o leitor de hoje, e que uma maior abundância de notas que procurassem esclarecer certos aspectos pontuais auxiliariam no sentido de um maior aproveitamento da sua leitura.

É convincente o argumento, defendido por Jarouche, de que a *Pacotilha* parece ter sido a fórmula encontrada pelo *Correio Mercantil*, órgão oficial do Partido Liberal, para reagir à perda progressiva de contratos de publicações dos atos oficiais do governo imperial, condição indispensável para a sobrevivência de qualquer jornal num contexto de afirmação da imprensa e do

hábito de leitura, ainda bastante restrito numa sociedade majoritariamente analfabeta. Este processo em que o *Correio Mercantil* foi paulatinamente deixando de ser a “folha ministerial”, em favor do conservador *Jornal do Commercio*, teve início em 1848 e estaria concretizado em 1851, o mesmo ano de aparecimento da *Pacotilha*.

Diante desta perda, sugere Jarouche, o uso da sátira se transformou em arma de ataque utilizada para atingir o governo e os conservadores. Não é outro o tom da maior parte das poesias recolhidas na *Pacotilha* e publicadas nesta coletânea. Estão neste caso, apenas para citarmos alguns exemplos, a *Teoria Saquarema*, do Poeta de Paquetá, uma espécie de Teoria do Medalhão sob forma de versos; o *País dos Zabrilenses*, do Poeta Niteroiense, ridicularizando a política de distribuição de cargos públicos no Império, ou ainda a *Canção Conciliatória*, do Poeta Vassourense, definindo a Conciliação como uma “patuscada”, uma espécie de política de fachada à qual todos se alinhavam *Com afagos e carinhos / Uns aos outros abraçados? E todos conciliados / Com beijocas e carinhos*.

O argumento de Jarouche fica ainda mais reforçado com a citação de um documento, elaborado pela direção do *Correio Mercantil* em 1853, no qual previa-se uma reorganização da estrutura deste jornal. Tal movimento apontaria para uma tentativa de reaver as antigas subvenções perdidas, garantindo não apenas a circulação da folha, mas o aumento de tiragem e de veiculação, para que a mesma ultrapassasse os limites da Corte, atingindo outras províncias do Império, e não apenas a do Rio de Janeiro. Nesta reformulação, a parte forense e os folhetins Páginas Menores foram entregues a José de Alencar e a parte política a Nabuco de Araújo, então Ministro da Justiça do Gabinete Paraná, ficando ao encargo deste último obter autorização junto ao Supremo Tribunal e do Tribunal do Comércio e da Relação, para a publicação de seus despachos e diligências. Assim, o *Correio Mercantil* teria sido usado como uma espécie de moeda de troca num acordo, dentro dos moldes da política de Conciliação, em que o jornal reconquistaria o direito rendoso de publicar atos oficiais do governo, mas arcando com o ônus da limitação de uma liberdade para falar criticamente a seus leitores de diferentes assuntos relativos à política, que se tornara sua marca registrada.

Não compartilho com Jarouche, porém, a idéia de que foi este acordo o único responsável pela *sensível queda de qualidade da 'Pacotilha' a partir de final de 1853 até sua extinção em 1854*, nem tampouco a noção de que a sessão que veio substituí-la — os folhetins *Páginas Menores*, que incluíam os batizados com o nome Ao Correr da Pena — tenha desferido o golpe mortal neste *órgão agonizante*, por haver-se substituído o uso da galhofa e do humor pela *mera crônica social divertida* (p. xxxvii).

Não há dúvidas de que a Conciliação influenciou uma certa maneira de encarar a política e de procurar ampliar a base de apoio ao Gabinete Paraná (o 12º do Segundo Reinado, e não o 51º do Império, como afirma Jarouche). Afinal, o próprio marquês de Paraná seria o primeiro a afirmar que o objetivo da Conciliação estava longe de ser o de promover a união dos partidos ou dar-lhes uma homogeneização de pensamento, mas sim o de harmonizar com o governo os indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem. Os partidários intransigentes, liberais ou conservadores, viam nesta postura e nas nomeações para os cargos públicos o desejo de corromper pessoas e subverter o processo político, imprimindo acento pejorativo à expressão “conciliados”.

Estando a direção do *Correio Mercantil* alinhada a este processo conciliatório, o problema com o qual se deparava era o de abraçar uma estratégia que lhe permitisse continuar a identificar-se e defender os princípios liberais, sem que com isto fosse de encontro à idéia mais ampla da conciliação de pessoas.

Por outro lado, é preciso que não se perca de vista que, passadas duas décadas do aparecimento do primeiro folhetim na imprensa brasileira, este já assumira o papel de viga mestra do jornal; de grande isca para atrair e assegurar os indispensáveis assinantes, além de já ter se transformado em espaço propício para trazer à baila discussões políticas sob a roupagem da crônica social supostamente descompromissada. E tanto o folhetim foi uma sessão de importância e responsabilidade que as direções dos jornais sempre procuraram entregá-lo aos cuidados de um homem de letras, de preferência de renome.

Ao deslocar as discussões políticas para este espaço do jornal, o *Correio Mercantil* estava, na verdade, amoldando-se a uma tendência cada vez mais comum num período em que, ao lado do jornalismo essencialmente político-partidário, impunha-se um outro, por assim dizer, mais cultural, do qual o folhetim

era a face mais visível, muito embora isto não tenha significado abdicar da postura de utilizar a imprensa como instrumento de intervenção política sobre a realidade social.

É interessante observar, sobretudo para o leitor acostumado ao Alencar mais sisudo dos romances como *O Guarani* e *Iracema*, que é no mínimo surpreendente a leitura dos seus folhetins do *Correio Mercantil*. Neles o tom de humor e graça leve é uma constante, ao mesmo tempo em que este escritor não declina do direito de elaborar críticas ácidas a questões políticas de repercussão na sociedade fluminense do seu tempo. E tanto estes folhetins não se voltaram apenas para o objetivo de fazer crônica social divertida, ou para o mero entretenimento, que foi por conta do tratamento dado a algumas questões melindrosas envolvendo a política imperial, que Alencar foi levado a desligar-se do *Correio Mercantil*.

Creio, ainda, que um outro elemento afigura-se determinante para o entendimento da perda progressiva do poder de atração da imprensa satírica sobre o leitor, da qual a *Pacotilha* foi um caso exemplar. Refiro-me ao fato de que, a partir dos anos 1850, a caricatura passou a ser paulatinamente uma forma disseminada de elaboração de críticas ao monarca e seus políticos, envolvendo-os em situações hilariantes, tendo pelo menos dois desenhistas de origem européia — Ângelo Agostini e Rafael Bordalo — se tornado nomes representativos nesta área. Ao lado deles, contudo, um número significativo de caricaturistas menos famosos atuou com igual afinco à crítica política nas inúmeras revistas, jornais e almanaques que aumentaram de circulação na Corte a olhos vistos a partir de meados do século.

Enfim, o humor, a ironia e a sátira não deixaram de ser os meios através dos quais os grandes impasses políticos do Império foram questionados e debatidos; diversificaram-se, isto sim, as formas de veiculá-los. E tal foi o âmbito desta diversificação que não tardaria para que o Carnaval se tornasse um dos seus campos mais promissores.